

NOTA PÚBLICA

Em relação à matéria publicada pela Revista Época, no último dia 11, quanto à possível ingerência política na Agência Brasileira de Inteligência –ABIN e em carreiras de Estado para fins nada republicanos, manifestamos apreensão em nome dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União – CGU.

A CGU tem por competência o controle interno, a defesa do patrimônio público, a auditoria governamental, a prevenção e o combate à corrupção, as atividades de ouvidoria e o incremento da transparência pública. No âmbito correicional, exerce as funções de órgão central de correição do Poder Executivo Federal, sistema composto pela Corregedoria-Geral da União – CRG e unidades correicionais da administração pública.

Neste contexto, causou apreensão a matéria acerca da existência de suposto relatório da ABIN que orientaria a substituição do Corregedor-Geral da União, que não estaria “colaborando” com a defesa do senador Flávio Bolsonaro, acusado de peculato, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Se confirmada, a notícia reveste-se da maior gravidade, pois órgãos e carreiras de Estados em hipótese alguma podem estar a serviço de interesses particulares de quem quer que seja, nem mesmo do presidente da república e de seus familiares.

Assim, no momento em que reafirmamos nossa confiança no atual Corregedor-Geral da União, requeremos das autoridades públicas, como é o caso da Procuradoria Geral da República – PGR e do Poder Judiciário, apuração rigorosa da veracidade das alegações apontadas na reportagem, pois o Estado brasileiro não pode conviver com o constante achincalhe das instituições republicanas, que têm o dever constitucional e legal de protegê-lo, nunca de usurpá-lo.

Brasília, 14 de dezembro de 2020

**Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle –
UNACON Sindical** Diretoria Executiva Nacional